

HOMENAGEM DO PRESIDENTE DO PSD A MÁRIO SOARES



■ Pedro Passos Coelho assinou o livro de condolências na sede do PS



Mário Soares (1924-2017)

O líder do PSD lamentou o falecimento do antigo Presidente da República, Mário Soares, classificando-o como “um grande democrata” e “um político polémico”. “É um dia triste para todos os portugueses”, referiu Passos Coelho, à margem de uma visita à Santa Casa da Misericórdia de Barcelos.

Para Pedro Passos Coelho, “será impossível” escrever a História de Portugal das últimas dezenas de anos “sem nelas encontrar referências múltiplas à intervenção política de Soares, em muitas ocasiões decisiva”.

“Como um grande democrata que foi, o doutor Mário Soares foi também um político polémico, que combateu pelas suas ideias, há de ter feito muitos amigos, terá tido também com certeza muitos adversários ao longo de todos estes anos”, acrescentou.

Passos Coelho endereçou uma mensagem de “sentido pesar” à família e uma mensagem “de condolências” ao PS, partido de que Mário Soares foi fundador.

Na mensagem que escreveu no livro de condolências disponibilizado pelo PS na sede do partido, Pedro Passos Coelho expressou “profundo respeito” por Mário Soares, figura que considerou central na fundação da democracia portuguesa,

O líder do PSD manifestou “profundo respeito pela figura central desempenhada pelo fundador do Partido Socialista, Dr. Mário Soares, na fundação da democracia portuguesa e na construção de uma moderna sociedade democrática, tolerante e aberta no nosso país”.

Pedro Passos Coelho esteve na sede do PS, no Largo do Rato, em Lisboa, para assinar o livro de condolências ali disponibilizado para que as pessoas possam prestar homenagem a Mário Soares. O Governo decretou três dias de luto nacional. O PSD cancelou todas as iniciativas partidárias de carácter nacional devido à morte de República Mário Soares.



Perfil de Mário Soares

Mário Soares desempenhou os mais altos cargos e a sua vida confunde-se com a própria história contemporânea portuguesa, sendo fundador e primeiro líder do PS após combater o Estado Novo.

Filho de João Lopes Soares, um ministro na I República, e de Elisa Nobre Baptista, Mário Alberto Nobre Lopes Soares nasceu em 07 de dezembro de 1924, em Lisboa, tendo estado omnipresente na vida pública do país, tanto nas décadas anteriores à revolução de 25 de Abril de 1974, como nos primeiros 40 anos da democracia portuguesa.

Preso político e posteriormente exilado em São Tomé e Príncipe e França durante a ditadura, Soares regressou “em ombros” à pátria em 1974 para desempenhar as pastas dos Negócios Estrangeiros dos primeiros governos provisórios, liderar os I, II e IX Governos Constitucionais (1976-78 e 1983-85), até chegar à Presidência da República, no Palácio de Belém, onde ficaria por dois mandatos (1986-1996).

Durante uma das estadas na prisão, em 1949, casou-se com Maria de Jesus Barroso, então atriz, com a qual teve dois filhos, Isabel, que dirige o Colégio Moderno, e João, que viria a ser presidente da Câmara Municipal de Lisboa e é atualmente deputado do PS.



Em 1943, o licenciado em Ciências Históricas-Filosóficas (1951) e em Direito (1957) aderiu, na clandestinidade, ao Partido Comunista Português, do qual seria formalmente expulso em 1950.

Desde a fundação do PS, na localidade alemã de Bad Munstereifel, a 19 de abril de 1973, Soares desempenhou o cargo de secretário-geral dos socialistas portugueses ao longo de 13 anos, até 1986.

Após a revolução de Abril, enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros nos primeiros governos provisórios, esteve envolvido nos processos de reconhecimento da jovem democracia portuguesa e de descolonização da Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique e, no plano político interno, sobretudo em 1975, colocou-se na linha da frente contra o PREC (Processo Revolucionário em Curso).

Já como primeiro-ministro dos I e II governos Constitucionais, Soares teve de gerir o regresso de milhares de cidadãos das ex-colónias e uma situação de quase rutura financeira do país, que implicou, pela primeira vez, o recurso do país ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

A partir de 1977, foi pela mão de Mário Soares que começou o processo de adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (CEE), concretizado a 12 de junho de 1985, também durante um Governo por si liderado (o IX, do "Bloco Central" PS/PSD).

Pouco depois, em 1986, Mário Soares sucedeu a Ramalho Eanes em Belém, derrotando primeiro outros candidatos de esquerda - Maria de Lurdes Pintassilgo e Salgado Zenha - e, na única segunda volta presidencial até agora realizada, o democrata-cristão Freitas do Amaral. Soares tornou-se então o primeiro chefe de Estado civil da democracia, após uma campanha que deixou na memória de muitos portugueses o mote: "Soares é fixe".

Reeleito em 1991 para um segundo mandato em Belém - este marcado pela conflitualidade política com o então primeiro-ministro, Cavaco Silva - o fundador do PS foi ainda eurodeputado (1999) e novamente candidato à Presidência da República (2006), perdendo para Cavaco Silva e sendo ainda ultrapassado nos votos pelo também socialista Manuel Alegre.

Embora formalmente distante da primeira linha política desde 2006, Mário Soares manteve mesmo assim uma intervenção pública regular, que apenas foi interrompida por razões de saúde nos primeiros dois meses de 2013. Depois das eleições europeias de 2014, durante a última crise interna dos socialistas, Mário Soares colocou-se logo ao início ao lado da candidatura vitoriosa do presidente da Câmara de Lisboa e atual secretário-geral, António Costa.

Após a morte da sua mulher, Maria de Jesus Barroso, em julho de 2015, começaram a ser raras as aparições públicas de Mário Soares. Em 2016, já com a sua saúde debilitada, Mário Soares foi alvo de várias homenagens institucionais, a primeira quando recebeu em abril do presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, numa cerimónia reservada, o diploma de deputado honorário no âmbito dos 40 anos da posse da Assembleia Constituinte.

Mário Soares esteve presente pela última vez numa sessão pública em 28 de setembro, quando o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, homenageou a antiga presidente da Cruz Vermelha Portuguesa Maria de Jesus Barroso.

Nota de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Soares

Com a morte do Dr. Mário Soares, hoje ocorrida, desaparece alguém que sempre será recordado como uma das personalidades mais marcantes da história contemporânea de Portugal.

Ao longo de uma vida muito rica e multifacetada, o Dr. Mário Soares deixou uma marca profunda em todas as funções que exerceu, fosse na sua vida profissional, como advogado (em que se notabilizou na defesa dos perseguidos políticos), fosse na sua atividade política, em que merecem destaque o exercício de funções como Presidente da República durante dez anos e como Primeiro-Ministro de três Governos Constitucionais.

Mas, pese embora a importância institucional dos cargos que exerceu, onde naturalmente as atitudes que assumiu e as decisões que tomou não foram isentas de erros ou de polémicas, o Dr. Mário Soares deverá sobretudo ser recordado enquanto defensor da liberdade e da democracia. Foi em defesa da liberdade e da democracia que confrontou, corajosamente e sem receios, o regime do Estado Novo. Foi em defesa da liberdade e da democracia que enfrentou, com convicção, aqueles que, em 1975, atraindo o espírito do 25 de Abril, queriam implantar em Portugal um regime totalitário de esquerda. Foi em defesa da liberdade e da democracia que defendeu, com convicção, a indispensabilidade da participação de Portugal no processo de construção europeia.

Homem de profunda cultura e de convicções fortes, o Dr. Mário Soares lega-nos também um exemplo daquilo que deve ser um político em democracia: alguém que se bate até à exaustão pelas causas em que acredita, mas que sabe sempre fazê-lo com tolerância, com espírito de abertura e com a capacidade para construir os entendimentos que a defesa do interesse nacional exige.

Neste momento de luto e de profunda tristeza para todo um País, o Partido Social Democrata deseja endereçar as suas mais sentidas condolências à família do Dr. Mário Soares, em particular aos seus filhos e também ao Partido Socialista, de que foi fundador e secretário-geral durante mais de doze anos.



Homenagem do presidente do PSD ao dr. Mário Soares

Por Pedro Passos Coelho, Presidente do PSD

Nós tivemos todos a notícia do falecimento do senhor dr. Mário Soares. Como sabem, trata-se de uma personalidade muito particular que está muito ligada, em primeiro lugar, ao nosso regime democrático. Foi um dos fundadores do regime democrático que hoje vivemos. Mas foi mais do que isso. Foi uma pessoa que desempenhou funções de grande relevo ao longo destes anos, quer como dirigente partidário, quer como governante, como primeiro-ministro, como Presidente da República. Será impossível escrever a história de Portugal nos últimos anos, nas últimas dezenas de anos, sem poder nelas encontrar referências múltiplas à sua intervenção política, em muitas ocasiões decisiva.

É, portanto, um dia triste para todos os portugueses. Como um grande democrata que foi, o dr. Mário Soares foi também um político polémico, que combateu pelas suas ideias. Há de ter feito muitos amigos, terá tido também com certeza muitos adversários ao longo de todos estes anos. Qualquer que seja a posição, em todo o caso, por que se observe a história destes anos, ninguém negará que lhe devemos um profundo respeito. Lamentamos a sua morte.

Quero sobretudo, neste momento, endossar à sua família – à sua filha, ao seu filho e aos seus netos – uma mensagem de sentido pesar pelo seu falecimento. Sabemos que há muito tempo a sua saúde inspirava cuidados graves, pelo que não podemos dizer que fomos apanhados de surpresa inteiramente, na medida em que o seu estado de saúde era débil e grave. Mas nem por isso deixamos de saber e calcular a perda grande que é para a sua família, a sua morte. E transmitir neste luto, que será com certeza um luto nacional, o nosso respeito

e os nossos sentidos pêsames pelo seu falecimento. E endossar também ao próprio Partido Socialista, de que era fundador, uma mensagem de condolências que terei possibilidade de fazer pessoalmente.

Cruzei-me com o dr. Mário Soares várias vezes ao longo dos últimos mais de 35 anos. Tive sempre com ele uma relação de grande respeito, de grande cordialidade mesmo. Houve momentos em que discordámos mais, e isso é público, no tempo inclusivamente em que estive no Governo houve momentos em que o dr. Mário Soares se pronunciou de forma mais veemente contra as opções que eu vinha seguindo mas isso nunca impediu que as nossas relações fossem perturbadas e que houvesse menor atenção, cordialidade, respeito, como sempre deve existir entre gente madura, entre gente com uma cultura democrática, que tem uma cultura de tolerância política. As nossas ideias podiam andar poucas vezes afastadas mas isso não significa que não tivesse tido com ele sempre uma relação de respeito e cordialidade mesmo quando havia divergências na maneira como víamos as questões políticas e as questões do país.

Creio que é impossível não associar o regime que foi instaurado não apenas como 25 de Abril mas também com o 25 de Novembro à intervenção do dr. Mário Soares. Não foi uma intervenção singular, houve muitas pessoas que contribuíram para que a democracia se implantasse em Portugal, muitas pessoas no PS também e nos outros partidos, mas será mesquinhez não querer sublinhar o papel muito relevante que teve nesse processo. Foi um papel decisivo para que tivéssemos uma sociedade democrática em que pudéssemos discordar mas também concordar. A democracia não se faz só no pluralismo das discordâncias, às vezes faz-se também quando somos suficientemente humildes para poder ver pontos de encontro e de consenso na sociedade. Há momentos em que isso é quase tão importante quanto discordar e ter a liberdade para o fazer. E creio que o dr. Mário Soares teve um contributo muito importante para que esse ambiente se pudesse viver em Portugal.

Democrata, estadista, homem de cultura e bom amigo

Por Francisco Pinto Balsemão, fundador do PSD, militante nº 1

Mário Soares era, antes de tudo, um democrata.

Lutou pela liberdade contra a ditadura de direita. Foi preso, foi deportado, foi exilado, mas nunca cedeu. Era um resistente, um homem de coragem.

Lutou contra a iminência de, após o 25 de Abril, Portugal passar de uma ditadura de direita para uma ditadura de esquerda. Fê-lo, com coragem, na rua, correndo perigos. Fê-lo, com determinação, no exercício dos cargos que ocupou nos Governos provisórios, na Assembleia Constituinte, nos Governos constitucionais.

Teve, por tudo isto, e por muito mais, um papel determinante na implantação, no nosso país, de uma democracia de padrão ocidental.

Mário Soares foi um estadista.

Empenhou-se, como soube e como pode, na descolonização. Utilizou os seus contactos no exterior para evitar que Portugal caísse na esfera soviética. Contribuiu, quando eu era Presidente do PSD e Primeiro Ministro, para viabilizar a revisão constitucional de 1982 e pôr termo à presença dos militares na política. Foi um dos principais construtores do caminho para a adesão de Portugal à então CEE. Cumpriu, com equilíbrio e ponderação, mas também com a preocupação de estar próximo dos eleitores, dois mandatos como Presidente da República.

Mário Soares foi também um homem de cultura. Lia muito e aproveitava o que lia. Escreveu vários livros, Desde o “Portugal Amordaçado”, cuja edição em francês teve larga repercussão, até, por exemplo, aos interessantes e sempre atuais diálogos com Federico Mayor Saragoza e com Fernando Henrique Cardoso.

Gostava de arte, comprava quadros, visitava regularmente exposições e galerias. Tinha relações pessoais com pintores e escultores, arquitetos e escritores.

Para mim, Mário Soares foi também um bom amigo. Uma amizade iniciada ainda nos tempos do salazarismo e que foi avançando e crescendo na fase da Ala Liberal, no PREC, nas diferentes etapas da implantação da democracia, na convivência, em Lisboa e no Algarve, com Maria de Jesus Barroso e com os filhos Isabel e João e, já em 2016, os dois jantares, a três, ele, a minha mulher e eu, na Rua João Soares, para que nos convidou.

Nem sempre estivemos de acordo e algumas vezes discordámos em questões de fundo. Mas as verdadeiras amizades são as que permitem estar em desacordo e ficar à mesma amigos.

Mário Soares vai-me fazer muita falta.

Vai fazer falta a todos os que acreditam na liberdade e na democracia. E que gostam da vida em toda a sua plenitude, em todos os seus múltiplos aspetos, como ele sempre gostou e que tão bem transmitia com a graça e profundidade de grande contador de histórias que era.

Nota: o autor escreve de acordo com o antigo acordo ortográfico.

Mário Soares

Por Rui Machete, ex-Presidente do PSD

Mário Soares foi um político de uma dimensão invulgar. Com a sua morte, encerra-se um ciclo da história recente do nosso País. Com efeito, a sua acção como homem público influenciou decisivamente a resolução de três das questões mais relevantes do período iniciado logo após os primeiros dias festivos da revolução de Abril, e que durou até ao fim do sistema alternativo de governação entre o PS e o PSD.

Reporta-se a primeira à tentativa de tomada de poder pelos comunistas e pelos militares marxistas do FMA que os acompanharam. A sua lucidez e coragem políticas foram determinantes na salvaguarda das liberdades individuais, na instauração e preservação do pluralismo partidário e sindical e no garantir que o grande movimento de Abril se mantivesse democrático.

Outros líderes, como Sá Carneiro, convergiram nos mesmos esforços de Soares. No caso daquele, a doença e o afastamento de Portugal, a que por causa dela se viu forçado, e, depois, a sua morte prematura, impediram que aproveitasse todas as suas potencialidades. Muitos militares e civis participaram também no esforço popular que afastou o risco de eclosão de uma guerra civil eminente e permitiu a construção de um sistema político similar ao dos restantes Estados do Ocidente Europeu. Nessa grande luta pela liberdade e pela construção de democracia, Soares esteve sempre na vanguarda e na tomada das grandes decisões.

O segundo grande problema a resolver foi o da descolonização, matéria que dividiu e ainda divide grande número de portugueses.

A opção tomada pelos militares de terminar rapidamente e a todo o custo a guerra colonial, politicamente já insustentável, forçou a uma decisão sem demoras. Soares assumiu, também aí, um papel de liderança, procurando um futuro de convivência possível e necessária. A passagem do tempo capacitar-nos-á para fazermos um juízo mais sereno sobre o que foi positivo e sobre os erros cometidos. Todavia, Soares não se furtou às suas responsabilidades.

A terceira grande batalha de Mário Soares foi a da adesão de Portugal à Europa. A participação de pleno direito na política europeia como Estado-membro da União deu a Portugal a oportunidade de desempenhar um papel activo na vida internacional e abriu perspectivas de desenvolvimento que fizeram o nosso País dar um salto em frente e construir um projecto de futuro.

Para além destes momentos políticos fundamentais, como Primeiro-Ministro e nos seus dois mandatos como Presidente da República, o líder socialista evidenciou uma tolerância que evitou os excessos do laicismo e da partidarite da Primeira República. A sua convivência dos credos religiosos e a interacção moderada dos diferentes partidos constituíram bens preciosos que a ele muito devem.

Homem culto, não esqueceu haver na vida pública outras dimensões igualmente importantes, para além da do desenvolvimento económico. Nesse aspecto, também beneficiámos muito com as suas intervenções.

Tento tido razão nas ocasiões mais graves da vida portuguesa, não o acompanhei em muitas opções que tomou na sua longa carreira política, particularmente na sua fase final, a partir do governo Sócrates. Reconheci sempre, contudo, na sua personalidade rica e complexa, a grande virtude do respeito pela autonomia dos outros, e a vivência profunda dos valores da democracia, a que sempre foi fiel e a que muito sacrificou da sua vida pessoal e familiar.

Soares amou a sua Pátria e prestou-lhe grandes serviços. Com o seu desaparecimento, como já referi, sinto ter-se chegado ao fim de uma época, para a qual Soares deu uma enorme contribuição.

Nota: o autor escreve de acordo com o antigo acordo ortográfico



PSD aposta nas áreas sociais



Com o intuito de melhorar as propostas social-democratas que foram apresentadas no Orçamento do Estado para 2017 no âmbito da descentralização e de recolher contributos, o PSD reuniu-se no dia 6 de janeiro, com a Confederação Nacional das Instituições Sociais, a União das Mutualidades e a União das Misericórdias.

Nesta reunião, que contou com a presença de Pedro Passos Coelho, presidente do PSD, Marco António Costa, vice-presidente, Teresa Morais, vice-presidente, Luís Montenegro, líder do grupo parlamentar do PSD e deputados social-democratas, foi possível tratar um tema que para o PSD “é muito importante” e que deseja “ver implementado no país”.

“Foi um encontro bastante produtivo e o PSD recolheu opiniões que ajudarão a aperfeiçoar as propostas do partido e abrirão novos capítulos de soluções para a descentralização de competência da administração central. Que possam contar com uma intervenção mais direta e mais ativa da rede social e solidária”, afirmou Marco António Costa, em declarações à imprensa no final do encontro.

Após o PSD também ter recolhido propostas nesta área por parte destas entidades, o vice-presidente do PSD salientou que o partido irá continuar a apostar nesta temática: “Temos a intenção de continuar de desenvolver estes contactos com estas entidades para garantir o enriquecimento do trabalho que vamos fazendo nas diversas áreas (saúde, educação e segurança social), onde queremos levar mais adiante o processo de descentralização e o processo de participação destas entidades”, disse.

“O Governo que não demonstrou qualquer disponibilidade no OE2017 para esta área, é o mesmo que agora anuncia propostas similares às do PSD.”

O vice-presidente do PSD lamentou o facto do “mesmo Governo e maioria parlamentar que não demonstraram qualquer disponibilidade para apoiar as propostas social-democratas no Orçamento do Estado para 2017” sobre esta temática “tão relevante para Portugal e os portugueses”, serem os mesmos que nos últimos dias “querem dar início a um processo de discussão pública sobre a descentralização do país”:

“Com propostas similares às do PSD”, disse o Vice-presidente do PSD.



Pedro Passos Coelho em Ponte da Barca

Uma “agenda de compromissos e de reformas”



Foi perante dezenas de pessoas em Ponte da Barca, dia 6, que o presidente do PSD expressou os seus votos para 2017, um ano que espera ser de mais crescimento e de otimismo para o futuro.

Para que Portugal tenha esperança no futuro, é necessário que haja uma “agenda de compromissos e de reformas que gere expectativa”, pois esta é imperativa para que o país possa corrigir as desigualdades, crescendo e gerando mais emprego. “Isto, infelizmente, não tem estado muito nas preocupações do Governo, antes pelo contrário. O que se viu, durante 2016, é um bocadinho andar para trás e desfazer e menos o construir e andar para a frente”.

“Espero que o Governo, em 2017, pare com a ideia de desfazer o que foi feito, e se comprometa com uma agenda de reformas que acrescente algo e una as pessoas, permitindo-nos sonhar mais alto e de forma mais duradoura, sem olhar apenas para o dia a dia, e olhar para o futuro com ambição”, frisou o presidente do PSD.

O Partido Social Democrata está empenhado em dar consistência e profundidade às políticas que devem ser realizadas. Mas para isso é preciso que os outros tenham essa disponibilidade. “Queremos que o país possa unir mais do que dividir, que possa reformar para a frente e não desfazer e andar para trás. Sei que a maioria dos portugueses compartilhará deste desejo, olhando para o futuro com otimismo e ambição”, referiu o líder social-democrata. Para o PSD, o futuro passa necessariamente por uma sociedade que possa crescer no seu conjunto e evoluir do ponto de vista económico e social, de forma mais positiva do que o que tivemos no ano anterior: “Queremos sempre, em cada ano, que as coisas resultem



melhor. E isso exige que da nossa parte haja um grande empenho para que as coisas possam resultar.”

Em ano de eleições autárquicas, é necessário reforçar um olhar para o país, pois é preciso fazer mais e melhor do que foi feito para se conseguir um resultado significativamente diferente daquele que está prometido. “Precisamos de crescer mais do que aquilo que está previsto. E precisamos, do ponto de vista do que são as correções das injustiças sociais e as desigualdades económicas, que estas possam ser progressivamente superadas se houver um envolvimento e determinação de todos os agentes políticos, económicos e sociais. Quem está à frente do Governo tem uma responsabilidade particular na condução desse processo. Nós gostaríamos que o Governo não cometesse os mesmos erros do ano anterior e que aprendesse alguma coisa com os erros que se cometeram para podermos ter melhores resultados em 2017.”

Referindo-se aos dados conhecidos sobre o emprego e desemprego, Pedro Passos Coelho afirmou que “tivemos uma boa notícia com os dados do desemprego, soubemos que em outubro ele recuou um pouco mais significativamente. Essa é uma boa notícia para começarmos o ano. Pena que não tivéssemos conseguido ter notícias tão boas como esta no emprego, que não tem sido criado a um ritmo idêntico. Era importante que o desemprego não baixasse apenas porque as pessoas saem da idade ativa ou fazem outras escolhas. Era importante que houvesse criação de emprego, com uma perspetiva de uma remuneração mais qualificada.”





Almoço com uma centena de empresários em Barcelos

“Acreditamos na sociedade civil”

Foi perante uma plateia de empresários de Barcelos que o líder do PSD afirmou que “um país só pode crescer de forma sustentada se tiver uma sociedade civil forte e se tiver do lado dos empresários capacidade empreendedora acompanhada de recursos humanos qualificados. É assim em todo o mundo.” Assim, será possível ter uma sociedade orientada para os resultados, e olhar para o futuro com maior confiança.

Para tal, é necessário ter em conta as escolhas do dia-a-dia, porque, tal como Pedro Passos Coelho afirma, “o futuro não está adquirido no passado, está sempre a ser construído. Se queremos olhar para o futuro e ser melhores, temos muito que fazer. Não é a granjear o que se tem que se conquista algo no futuro. É sendo realista.”

Numa sociedade, tal tarefa deve ser feita pela sociedade civil, pelo que o PSD, no Governo, reforçou sempre a sociedade civil e não uma intervenção do Estado na economia e na sociedade em geral, procurando garantir que se cumprem as regras.



“Compete à sociedade civil realizar as condições de partida e empenhar-se em resultados que só podem ser alcançados se os que são empreendedores conseguirem vencer os obstáculos. Nós somos um partido que acredita na sociedade civil, que sabe que quem cria emprego são as empresas. Se não existir esta capacidade das empresas gerarem oportunidades, não é o Estado que o consegue fazer”, reafirmou o líder social-democrata.

O líder da oposição denunciou ainda que “estamos a perder oportunidades quando nos comparamos com os países com os quais competimos. Quando olhamos para países que passaram por situações como as nossas, vemos que essas economias estão a crescer a um ritmo muito maior. Isso não acontece por acaso.”

Portugal enfrenta, no entanto, custos de financiamento muito superiores aos mesmos países que têm a mesma moeda. São precisos resultados que nos aproximem, não que nos afastem. “Estamos a perder oportunidades porque estamos a crescer menos”, disse.

Também não se tem aproveitado as capacidades de financiamento que já foram negociadas com a UE. “O que se acrescentou no último ano é pouco face aos outros anos. Porque é que estamos a perder oportunidades? Não é compreensível que não exista uma execução maior dos fundos que estão à nossa disposição”, destacou Pedro Passos Coelho.

“Se não estamos a crescer e a aproveitar as oportunidades, estamos a aumentar os riscos para a economia no futuro. O sistema financeiro é bom exemplo disso. Os bancos precisam que os empréstimos que fazem sejam pagos. Sempre que uma economia cresce menos do que o necessário, quem contrai responsabilidades tem mais dificuldades em assegurar o seu cumprimento. E isso está bem espelhado no crédito mal parado. Este tem vindo a aumentar porque a economia tem estado a crescer menos do que aquilo que deve”, concluiu.

Sempre que as empresas têm mais custos, perde-se competitividade

“O atual Governo está sempre a desculpar-se com o passado”, disse Pedro Passos Coelho, pois ainda dizem que o problema nos bancos foi deixado pelo governo anterior. Mas isso não é verdade. “Quanto mais modesta for a perspetiva de crescimento, mais problemas vão existir nos bancos e na economia. Nós queremos que as coisas tenham uma perspetiva mais positiva do que negativa”, reiterou.

O governo decidiu cortar o investimento público em quase 26% no ano passado, pelo que o investimento público foi sacrificado para que o nível do défice pudesse ser cumprido. “Ainda bem que cumpriram a meta do défice, mas a razão pela qual ele esteve em risco foi a mesma que esteve na base de o Governo ter adotado tantas medidas extraordinárias”, afirmou o Presidente do PSD.

“Hoje, estamos a pagar pelo Governo ter feito mais depressa do que devia na reposição de rendimentos. Estamos a pagar no médio e longo prazo o preço de ter um dia a dia um pouco melhor”, referiu o líder da oposição. Portugal tem de ser mais ágil para criar competitividade. Se houver possibilidade de nos ajustarmos às necessidades dos consumidores, estaremos a garantir o nosso sucesso por mais tempo. Temos de ajustar as nossas respostas às exigências dos consumidores. Isso não é tudo.

Se Portugal quiser continuar como um país de primeiro mundo, tem de manter o nível, tem de ter ambição de fazer reformas e mudanças que nos permitam ser mais competitivos e criar valor: “Temos de ter opções de governo diferentes daquelas que temos.”

“Os governos não se podem limitar a gerir o que está, e esse nem isso é, porque andou um ano inteiro a fazer reversões. Quando é assim não acrescentamos valor, destruímos valor. Tem o governo a capacidade de aprender com 2016 e fazer diferente em 2017? Eu não acredito que tenha essa capacidade, mas gostaria muito de ser surpreendido. Eu não tenho satisfação em que as coisas não corram bem”, disse Pedro Passos Coelho, concluindo que “Há um preço para este tipo de governação, e as pessoas saberão avaliar os custos.”



Daniel Serrão, uma personalidade ímpar



Daniel Serrão, doutorado em anatomia patológica, vila-realense, faleceu aos 88 anos, este domingo, no Porto. Uma vida cheia, com uma capacidade intelectual notável, o investigador é considerado o pai da bioética em Portugal. Deixa uma obra que “exprime uma realidade que está para além do corpo físico”, como referiu em “Viver, envelhecer e morrer com dignidade”.

Foi conselheiro do Papa João Paulo II para as áreas das ciências biomédicas e recebeu a Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago de Espada, das mãos do então Presidente da República, Cavaco Silva.

À família e à Academia, o Partido Social Democrata exprime as mais sentidas condolências.

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

Plano Nacional de Ação para o Envelhecimento Positivo

O PSD vai entregar na Assembleia da República iniciativas legislativas para a promoção do envelhecimento positivo e de uma cultura de participação e valorização das pessoas idosas.

A deputada e vice-presidente social-democrata Teresa Morais realça a criação do regime jurídico dos conselhos municipais seniores, em que o PSD propõe a criação de um órgão ao nível municipal que promova o direito de participação dos cidadãos seniores na governação do município e, em especial, nas matérias do interesse específico desta população.

O PSD propõe ainda a aprovação e implementação de um Plano Nacional de Ação para o Envelhecimento Positivo, conceito que pressupõe uma abordagem holística e exige uma concretização multidimensional. Um desafio para toda a sociedade, que implica a responsabilização e a participação de toda a comunidade, no combate à exclusão social e à discriminação, na promoção dos direitos das pessoas idosas.

Com esta iniciativa, que pretende valorizar o envelhecimento, o PSD pretende ver aprovada uma verdadeira política pública para o envelhecimento positivo.

Neste conjunto de propostas incluem-se também a recomendação da regulamentação das Universidades Seniores, bem como da inclusão nos programas curriculares das instituições do Ensino Superior da área da saúde das temáticas do estudo da Dor e da Geriatria.



Reabertura de tribunais é uma “farsa eleitoralista”



O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, Carlos Abreu Amorim, apelou ao Executivo para parar com “farsa eleitoralista” da reabertura de tribunais. “O PSD vem apelar ao primeiro-ministro e à ministra da Justiça para que parem com esta farsa eleitoralista com que estão a tentar enganar os portugueses. Não se brinca com a Justiça”, afirmou o deputado social-democrata nos passos perdidos do parlamento, vincando a discordância com a hipótese de funcionários camarários poderem tratar de processos judiciais.

“Julgamos que o Governo teria feito muito melhor em ter esperado por ter condições de funcionamento de verdadeiros tribunais em vez desta manobra que consideramos ser uma farsa eleitoralista - porque tem em vista as próximas eleições autárquicas -, tentando travestir de tribunais meros balcões de proximidade”, acusou Abreu Amorim.

O PSD encara com “grande preocupação a forma leviana e precipitada como a reforma do mapa judiciário está neste momento a ser desenvolvida por parte do Governo”.

A reabertura de 20 tribunais é uma decisão que contraria não apenas a posição do Executivo de José Sócrates, que assinou o memorando de entendimento e que previa a redução de instâncias, como coloca em causa os sucessos obtidos com a entrada em vigor do Mapa Judiciário de 1 de setembro de 2014 e que foram objeto de uma análise positiva dos técnicos das instituições internacionais nas avaliações ao cumprimento do programa de Assistência Financeira.

O Mapa Judiciário, agora apresentado pela ministra da Justiça e pelo primeiro-ministro, parte de um pressuposto caricato: abrem tribunais sem processos e algumas instalações não oferecem condições mínimas para começarem a operar com eficácia e em condições de segurança.

Apesar das garantias da ministra da Justiça de que os funcionários municipais destacados para trabalhar nos tribunais vão apenas desempenhar “funções de apoio meramente administrativo”, de forma provisória e sem acesso a processos sigilosos, persistem dúvidas de que o Governo pode estar a abrir precedente grave e atentatório contra o Estado de direito.

Perante críticas contundentes dos diversos agentes do setor – Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Ordem dos Advogados e Sindicato dos Funcionários Judiciais – a ministra da Justiça dá sinais de recuo, reconhecendo que o recurso a trabalhadores das câmaras municipais constituía uma solução errada. Os juizes ameaçavam não realizar julgamentos se os trabalhadores camarários se envolvessem diretamente nos processos, usurpando competências dos magistrados e dos funcionários judiciais.

Primeiro-ministro e ministro das Finanças fragilizam a CGD

No final da audição de António Domingues, na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (COFMA), o PSD afirmou esta quarta-feira, 4 de janeiro, que tanto o Governo como a Administração cessante da Caixa Geral de Depósitos (CGD) são os verdadeiros “responsáveis pela degradação da CGD e do sistema financeiro”.

Duarte Pacheco acusou o Governo de gerir “de forma completamente incompetente” este processo, porque “assumiu compromissos com António Domingues que não devia, mas assumiu-os — e sabemos qual foi o dano que causou à Caixa”.

Numa audição que durou quatro horas, o deputado do PSD considerou que “há muito ainda por explicar” sobre a situação da CGD: “Os partidos que hoje governam o país querem esconder o que está a acontecer na CGD”, reiterou o deputado social-democrata acrescentando que “o Governo passou o ano a mentir aos portugueses — assumindo compromissos com a administração da CGD e recuando nesses compromissos — e agora à administração, tudo com o conhecimento do senhor ministro das Finanças e não acreditamos também no desconhecimento do senhor primeiro-ministro”.

Com o formato da COFMA, não foi possível obter mais explicações. Se a audição tivesse ocorrido no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a gestão da Caixa Geral de Depósitos, mais pormenores poderiam ter vindo a público. Mas a esquerda parlamentar impediu a audição de António Domingues na CPI, à semelhança do que aconteceu com o ministro das Finanças.

Autoridade Bancária Europeia confirma posição do PSD

“A minha perspetiva, com o conhecimento que tenho, é que a Caixa não precisa de 5 mil milhões de euros e, porventura, não precisará de metade disso para cumprir a sua missão”, afirmou o presidente do PSD, em junho de 2016. Na altura, a comunicação social avançou que o Governo estaria a negociar com Bruxelas um plano de recapitalização entre 4 e 5 mil milhões de euros. Agora, a Autoridade Bancária Europeia confirma a afirmação do presidente do PSD, ao indicar que as imparidades da Caixa Geral de Depósitos (CGD) estavam em linha com as dos restantes bancos, em junho do ano passado.

Assim, como afirmou Pedro Passos Coelho à data, o banco público não precisaria de uma injeção de capital naquele montante. Um montante que o Governo nunca esclareceu, apesar dos vários pedidos de esclarecimento apresentados pelos social-democratas, tanto em debates parlamentares como através de um conjunto de questões enviadas ao primeiro-ministro e ao ministro das Finanças.

De acordo com dados da Autoridade Bancária Europeia, de dezembro, que o jornal Público recupera esta quarta-feira, as imparidades da CGD, no final de junho de 2016, estavam em linha com os bancos nacionais e com a média europeia.

No que diz respeito aos bancos portugueses, as imparidades em percentagem do crédito em risco (non-performing loans, NPL) da Caixa, situavam-se em 46,9%, acima do valor do BCP e do BPI, ainda que ultrapassadas pelo Novo Banco e o Crédito Agrícola e comparando com uma média de 44% dos seis bancos portugueses, para os quais há resultados. Face ao contexto europeu, os 51 bancos avaliados pela Autoridade Bancária Europeia revelam uma média de 52,5%.



Na análise da Autoridade Bancária Europeia, verificou-se a mesma tendência quando são tidos em conta as imparidades e os colaterais do banco público.

Ainda assim, António Domingues deixou o cargo de presidente da Caixa Geral de Depósitos com um plano que prevê um substancial aumento das imparidades, que deverá conduzir a prejuízos históricos do banco público.

Questionado sobre as imparidades, na comissão parlamentar que decorreu esta quarta-feira, António Domingues deixou a possibilidade de a nova administração do banco público fazer uma revisão do valor que a sua equipa estimou. “A estimativa que eu fiz para as imparidades conduz a que a necessidade de injetar 2,7 mil milhões se justifica”, disse ainda António Domingues aos deputados.

OCDE elogia reformas laborais do Governo liderado por Pedro Passos Coelho

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) elogia a estratégia seguida pelo Governo entre 2011 e 2015 em matéria laboral. O documento, que é do conhecimento do Governo socialista há pelo menos seis meses, aponta para os bons resultados das medidas do anterior Executivo. “As reformas portuguesas na legislação de proteção laboral estão entre as mais significativas daquelas que foram implementadas pelos países a OCDE num passado recente”, refere o relatório.

No documento intitulado “Reformas no mercado laboral em Portugal 2011-2015”, que o Governo socialista mantém escondido da opinião pública, a OCDE aponta vários avanços, comparando Portugal com o que foi feito em Espanha e Itália.

“As reformas no mercado laboral português foram um movimento na direção certa. Desde que o crescimento [económico] se tornou positivo outra vez no início de 2013, Portugal tem registado melhorias significativas tanto no emprego como na taxa de desemprego – melhor, de facto, do que se poderia ter esperado dado o ritmo da recuperação [económica]”, sintetiza desta forma a OCDE.

A OCDE considera desde logo que a alteração na legislação do emprego teve como efeito uma maior procura de emprego e no incremento do número de contratações, ao mesmo tempo que Portugal conseguiu alargar “a rede de proteção fornecida pelos benefícios aos desempregados”.

Saúde: urgência com compasso de espera

“Há hospitais com 13 horas de espera nas urgências”. A esta manchete, juntam-se outras de vários jornais, como por exemplo, “Urgências lotadas com 11 horas de espera” e “Mulher espera seis dias na Urgência por cama no hospital de Famalicão”. Além destes títulos, lê-se um outro intrigante: “Está tudo a correr bem” diz Ministro da Saúde. Afinal, o que se passa?

São 11 horas do dia 4 de janeiro de 2017 quando estamos a escrever este artigo e no Hospital Amadora-Sintra o tempo médio de espera para um doente com carácter urgente é de 13h27m. A sul, no Hospital de Portimão, o tempo médio para o mesmo critério é de 08h48m. Estes são apenas alguns exemplos daquilo que se está a verificar nos principais hospitais do país.

Confrontado com esta situação, o ministro da Saúde afirmou ontem que “temos dezenas de unidades hospitalares e centenas de centros de saúde e o que verificamos é que este ano as coisas estão a correr muito bem, com o esforço enorme dos profissionais de saúde”. A citação é grande, por isso convém destacar o ponto crucial: “as coisas estão a correr muito bem”.

O que explica estes tempos de espera? O que se passa na Saúde?

Já em dezembro, o PSD havia alertado para a falta de médicos no Serviço Nacional de Saúde, “porque existe um agravamento constante da incapacidade da resposta hospitalar”, afirmou Miguel Santos, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, acrescentando que “os problemas no SNS têm sido constantes e agravam-se dia após dia, devido à ausência de uma política do Governo para a área da saúde, com desinvestimento que reduz a capacidade de autonomia e gestão” dos hospitais.

De lembrar que já em finais 2016 havia sinais pouco positivos na Saúde.

Verificava-se, no final do ano, a falta de ginecologistas e obstetras nas unidades públicas do centro do país, situação que a Ordem dos Médicos descreveu de “alarmante”, “muito grave” e de “catástrofe iminente”.



Do Algarve chegavam também notícias de consultas dadas à chuva num gabinete da Unidade de Saúde Familiar Lauroé, no Centro de Saúde de Loulé, registando-se o mesmo numa Unidade de Saúde Familiar de Albufeira.

Também no último mês de 2016, o Observador reportava uma realidade inédita e irresponsável: “o Governo mandou apertar o cinto aos hospitais na parte final do ano para cumprir as metas do défice. Ficam congeladas quaisquer despesas de investimento, que estarão condicionadas a autorização prévia do ministro da Saúde. E é ainda imposta uma limitação aos gastos que fiquem acima da média dos últimos oito meses em despesas com reposição de materiais e até de medicamentos, entre outros.”

A falta de investimento na Saúde por parte deste Executivo já é notória há algum tempo, tanto que Pedro Passos Coelho já havia afirmado que “não devíamos estar nesta situação. Se há dinheiro para tanta coisa, pelos vistos não há dinheiro no SNS, para que se pague o que se deve a tempo e horas e se possa prestar progressivamente um bom serviço às pessoas”.

Quando se desinveste na Saúde, não há outra consequência senão um pior serviço para as pessoas. O PSD, com a responsabilidade que tem de ter saneado o sistema público nos últimos anos, continuará a defender os utentes e a exigir que o SNS volte a assegurar o direito de todos à proteção da saúde.

Pedro Roque é o candidato a presidente da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo



O deputado do PSD, que atualmente já ocupa as funções de vice-presidente da APM, foi uma indicação consensual da delegação portuguesa. Na última reunião do “bureau” da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM), realizada em Roma no passado dia 16 de dezembro, a delegação da Assembleia da República apresentou a candidatura de Portugal à presidência daquela organização internacional para o biénio 2017 – 2019 que terá início com a 11.ª Sessão Plenária a realizar no Porto nos próximos dias 23 e 24 de fevereiro.

A delegação portuguesa na APM decidiu consensualmente que o candidato será o deputado Pedro Roque, do PSD, que já ocupa, atualmente, as funções de vice-presidente da APM e presidente da sua Segunda Comissão Permanente que trata dos assuntos Económicos, Sociais e da Cooperação Ambiental no Mediterrâneo.

A APM é uma organização internacional, criada em 2005, com o objetivo de cooperação entre os Estados da região do Mediterrâneo e focada em temas de interesse comum de natureza política, socioeconómica, cultural e ambiental. É observadora na Assembleia Geral das Nações Unidas e possui um estatuto jurídico internacional específico. A APM tem um papel fundamental como uma organização cujas atividades estão firmemente enraizadas na Região e como um ativo complementar ao trabalho de outros organismos regionais e internacionais encarregados da responsabilidade de promover a segurança, a estabilidade e a paz no Mediterrâneo.

PSD apresenta projetos para o Ensino Superior



O Partido Social Democrata vai apresentar dois projetos de resolução na área do Ensino Superior, pois considera que a ação propagandística do Governo não passa da gestão de expectativas. Os social-democratas vão entregar no Parlamento um projeto de resolução sobre o regulamento das bolsas e outro para o combate ao abandono, recordando ainda ao ministro que é necessário rever o despacho das bolsas de mérito por forma a incluir os cursos Técnicos Superiores Profissionais (TESP).

Na audição ao ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior, que decorreu esta terça-feira, o PSD acusou o tutelar da pasta de não passar de um hábil gestor de expectativas. E caracteriza mesmo o seu desempenho durante estes 13 meses de governação

como “muita parra e pouca uva”, com a agravante que a “pouca uva” está a revelar-se de qualidade duvidosa.

Assistimos, na gestão da tutela, ao retorno a atrasos que o governo anterior havia melhorado. Atrasos sistemáticos na reposição das verbas para as Instituições de Ensino Superior (IES) em 2016; no novo regulamento das bolsas do + superior; nas bolsas de ação social; nos concursos individuais para bolsas de investigação da FCT; nos concursos para projetos da FCT; no pagamento das bolsas de mérito, ao contrário do que tem sido afirmado.

O ministro compensa tudo isto com anúncios, que na sua grande maioria resultam de estratégias e políticas lançadas pelo anterior executivo, tão amplamente criticadas.

Anuncia o reforço de verbas para as Instituições de Ensino Superior, mas as dotações orçamentais para 2017 que acomodam apenas a reposição salarial, o que, associadas ao congelamento das propinas, traduzem um agravamento das condições financeiras das instituições.

O PSD acusou o ministro da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior de anunciar o reforço da ação social, mas sem introduzir qualquer melhoria no regulamento de bolsas e apenas incluir as bolsas + superior e as verbas relativas às bolsas do Retomar, que extinguiu, no bolo. O que significa que o aumento dos beneficiários, com que todos agora se congratulam, resulta não da ação deste governo, mas da do anterior executivo.

Anuncia ainda o pagamento das bolsas de mérito no superior e a recuperação do atraso, que criou como Secretário de Estado e que já como ministro agravou, mas não se compromete com data e não inclui os TESP.

Os social-democratas apontam outra contradição: o tutelar da pasta anuncia o fim da precariedade, mas estabelece um sistema para o emprego científico, que extinguiu o Investigador FCT, que não agrada a ninguém. Não só não resolve a questão da precariedade, reviu em baixa os índices remuneratórios, mas também diminuiu o caráter competitivo internacional, aumentando potencialmente o perfil endogâmico académico do sistema que foi criticado pelo próprio CNE no último relatório.

Anuncia o reforço da ciência e da cooperação internacional, mas assistimos a um congelamento da atividade da FCT e a esmagadora maioria das iniciativas que têm sido lançadas resultam de acordos de cooperação multilateral e bilateral científica promovidos e assinados pelo anterior ministro.

Anuncia a agenda digital, mas não diz que esta foi lançada no anterior executivo.

Ao contrário dos parceiros que hoje sustentam o governo, o PSD não exigirá na oposição o que sabe, por experiência, não ser possível responsabilmente fazer no governo.

OCDE elogia reformas laborais do Governo liderado pelo PSD

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) elogia a estratégia seguida pelo Governo entre 2011 e 2015 em matéria laboral, num relatório cujas conclusões o jornal ECO recupera, esta terça-feira. O documento, que já tinha sido objeto de debate em sede parlamentar, aponta para os bons resultados das medidas do anterior Executivo.

“As reformas portuguesas na legislação de proteção laboral estão entre as mais significativas daquelas que foram implementadas pelos países a OCDE num passado recente”, refere o relatório, intitulado “Reformas no mercado laboral em Portugal 2011-2015”.

A OCDE aponta vários avanços, comparando Portugal com o que foi feito em Espanha e Itália.

“As reformas no mercado laboral português foram um movimento na direção certa. Desde que o crescimento [económico] se tornou positivo outra vez no início de 2013, Portugal tem registado melhorias significativas tanto no emprego como na taxa de desemprego – melhor, de facto, do que se poderia ter esperado dado o ritmo da recuperação [económica]”, sintetiza desta forma a OCDE.

A OCDE considera desde logo que a alteração na legislação do emprego teve como efeito uma maior procura de emprego e no incremento do número de contratações, ao mesmo tempo que Portugal conseguiu alargar “a rede de proteção fornecida pelos benefícios aos desempregados”. No relatório, lê-se ainda que “Portugal reduziu de forma significativa a indemnização e suavizou a definição de despedimento por justa causa”, “uma das mais importantes” reformas. Para a Organização, esta mudança legislativa não resultou num recuo na proteção laboral, já que os trabalhadores “permanentes em Portugal continuam a beneficiar do maior nível de proteção contra o despedimento individual na OCDE”.

PSD/Açores quer pescadores compensados por paragens biológicas



O líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, defende que o Governo Regional, do PS, deve negociar fundos comunitários em Bruxelas que permitam aos pescadores serem compensados financeiramente em caso de paragens biológicas para a salvaguarda das espécies. “Depois do reconhecimento do Governo dos Açores que falhou, há que negociar fundos comunitários em Bruxelas para planos de recuperação em que os pescadores possam ter apoios durante as paragens e que se recuperem as espécies sem perderem rendimentos”, declarou Duarte Freitas.

O presidente do PSD/Açores, que falava após um encontro com a comunidade piscatória de Rabo de Peixe, concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel, dia 6, recordou que o PSD apresentou em 2016 no parlamento regional uma proposta de resolução que preconizava a salvaguarda dos rendimentos dos pescadores em caso de paragens biológicas.

“Se os pescadores não podem pescar têm que ser compensados. Imaginem qualquer funcionário público ou privado ficar um mês, dois ou três sem receber o seu vencimento ou um político. Isto não pode acontecer”, considerou.

Duarte Freitas disse que no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) “há a possibilidade” de recorrer a fundos para salvaguardar o rendimento dos pescadores.

“Há experiências a nível nacional e em toda a Europa em que, reconhecendo-se dificuldades na gestão, há apoios do FEAMP para apoiar os pescadores na altura das paragens”, referiu o social-democrata.

Duarte Freitas afirmou, por outro lado, que existem na comunidade piscatória de Rabo de Peixe cerca de 300 pessoas que “estão impedidas de pescar” devido a problemas com a atribuição de licenças, havendo nos Açores “cerca de uma centena de embarcações que estão condicionadas”.

“Em termos de segurança, nós não podemos facilitar. Aquilo que são os equipamentos de segurança, quer sejam balsas ou equipamentos VHS, são fundamentais porque são a segurança dos pescadores e das suas famílias”, sustentou o dirigente.

Em relação às licenças de pescas, Duarte Freitas defendeu ainda a necessidade de “dar um tempo aos pescadores” para adquirirem os equipamentos de segurança e apoios aos pescadores ou suas organizações.

“Cortar simplesmente sem dar tempo aos pescadores, sem facilitar a aquisição desses equipamentos, faz com que famílias fiquem sem rendimentos”, acrescentou.

Duarte Freitas considerou que “podem até haver efeitos perversos”, uma vez que se forem impedidas algumas embarcações de pescarem para além das três milhas, pode “sobrecarregar-se a pesca dentro das três milhas, mesmo que seja apenas com as linhas de mão”.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1048 • 6 DEZEMBRO 1995 • PREÇO 100\$00

PSD lança alerta

Portugal não precisa de nova União Nacional ²



Em memória de Sá Carneiro

A memória de Francisco Sá Carneiro, militante n.º 1 do PSD, e um dos maiores estadistas do Portugal democrático, foi evocada na passada segunda-feira, assinalando o 15.º aniversário da tragédia de Camarate.

De manhã, na Basílica da Estrela,

em Lisboa, a Comissão Política Nacional do PSD mandou celebrar missa de sufrágio, a que assistiram, entre outros, Fernando Nogueira e Azevedo Soares.

Em Barcelos realizou-se uma sessão solene evocativa da figura e da obra de Sá Carneiro, seguida de

missa, em que participaram Fernando Nogueira e Cavaco Silva.

A par destas comemorações nacionais diversas outras iniciativas promovidas pelo PSD, JSD e TSD, assinalaram a efeméride, em Portugal e nas comunidades portuguesas no estrangeiro.

Acordo Social para 96
TSD rejeitam
quebra do
poder de compra ⁴

Lisboa sem Governo

As grandes
promessas
continuam
por cumprir ¹²

XII Congresso Nacional da JSD

Nomes dos delegados e listas candidatas

Uma questão de calendários, não de agenda

Marco António Costa (*)

O ano de 2016 foi marcado pelo cumprimento do défice, custe o que custar. E o custo foi pesado. Pesou nas escolas que, com as cativações orçamentais, deixaram de ter dinheiro para as necessidades básicas de funcionamento e de segurança e se viram forçadas a encerrar as suas cantinas, ou mesmo as portas, por períodos de tempo que vão ter consequências no aproveitamento escolar dos alunos.

Pesou nos hospitais que, com as cativações orçamentais e o agravamento da fatura dos pagamentos em atraso, se vêem sem verba para manter as condições mínimas de trabalho, proteger as instalações contra os efeitos (normais) da meteorologia ou garantir o atendimento eficaz e de qualidade aos cidadãos.

Pesou na queda abrupta do investimento público, a maior de sempre nos últimos 60 anos. Tudo isto para, no fim, se dizer: cumprimos o défice. Não interessa a que custo. Interessa apenas usar o "soundbite" de que o governo cumpriu os objetivos para o défice. Na verdade mais não se verificou do que o recurso a medidas excecionais e extraordinárias. E manda a sagacidade propagandística deste governo das esquerdas que se embandeire em arco em volta do endeusamento de um défice que antes se diabolizava. Na verdade o esforço de contenção orçamental, esse sim histórico e sem precedentes, coube à governação anterior, que assumiu um país com um escandaloso défice superior a 10% e o trouxe para os 3%, fazendo-o cair em mais sete pontos



percentuais no período de quatro anos. Tal esforço foi feito sem colocar em causa a manutenção da qualidade dos serviços públicos nem das suas infraestruturas. Em

suma, protegendo o Estado Social.

O que nos espera em 2017? Muda o objetivo, mas a prevalência dos interesses partidários do PS, BE, PCP e Verdes acima do bem público mantem-se.

Se o défice marcou o discurso político no primeiro ano de governo, as eleições autárquicas vão marcar o segundo. Não assumidamente, porque dita a prática engenhosa deste governo que é com argúcia que se leva a água ao moinho (aos vários moinhos), mas presente nos atos e nas intenções. Como se viu na passada semana com o favorecimento vergonhoso de autarquias socialistas. Vai ser o vale tudo! A ambição eleitoralista teve um peso substancial no Orçamento do Estado para 2017, a ferramenta que dita as prioridades da ação governativa. E essas estão bem definidas: atirar areia para os olhos dos portugueses, vendendo-lhes a ilusão de que a aposta é no seu bem-estar e na melhoria da sua qualidade de vida, com manobras eleitoralistas como os aumentos no subsídio de refeição ou de até 10 euros em pensões mínimas. Mas só a partir do segundo semestre do ano, porque a vida dos portugueses só está na agenda política para cumprir um calendário: o das eleições.

Preparemo-nos para a famosa parcialidade dos governos de esquerda. Para esta esquerda vale tudo... preparemo-nos para a batota pré-eleitoral.

(*) Vice-Presidente do PSD

Ano Novo, erros velhos

Maria Luís Albuquerque (*)

O início de um novo ano é sempre uma altura de balanços e expectativas. É uma época de resoluções, de boas intenções, de recomeçar. Oxalá assim fosse na política nacional, mas a verdade é que para 2017 não podemos esperar nada de muito novo ou muito diferente do que vimos em 2016. O Governo socialista, seguindo a sua boa tradição, empurra com a barriga os problemas, distribui a riqueza que não cria entre as clientelas do PS, do PCP e do BE, e vai tentando convencer todos que a situação está melhor.

Só que os números desmentem a versão da maioria. O crescimento deverá manter-se abaixo do alcançado em 2015 pelo menos até 2019; o investimento público caiu como nunca; o investimento privado, dependente da confiança, não arranca; os pagamentos em atraso aumentam, com as consequências negativas sobre a economia; os serviços públicos estão asfixiados com as cativações, que é como agora se chama aos cortes cegos; os cada vez mais e cada vez mais altos impostos indiretos recaem sobre todos, reduzindo o poder de compra; a dívida pública continua a crescer e os juros aproximam-se perigosamente de níveis insustentáveis.

A fragilidade da economia e das finanças públicas é evidente para todos, os alertas chegam de todos os lados, mas a maioria faz orelhas moucas e continua como se nada fosse. E vão desvalorizando os avisos e ensaiando o discurso de desculpabilização para os seus próprios fracassos, com a conjuntura externa, as convulsões políticas recentes e previsíveis no curto prazo. Até o BCE, a quem se deve única e exclusivamente o facto de ainda não termos voltado a cair no abismo, acabará responsabilizado quando decidir que já nos deu tempo suficiente para fazer o que tem de ser feito, para levar a cabo as reformas que trariam estabilidade e perspectivas de crescimento ao país.

Nada justifica os riscos a que este Governo e esta maioria estão a expor Portugal. Pouco nos importará se a causa imediata dos problemas for interna ou externa, de pouco nos servirá o lamento sobre as injustiças relativas, de que há países que podem tudo e outros que não podem nada. O que faria realmente a diferença seria o Governo e a maioria que o apoia assumirem as suas responsabilidades e prepararem de facto Portugal para um futuro melhor. Por muito que gostasse que este desejo se transformasse em realidade em 2017, já todos percebemos que não será possível. Resta-nos esperar por um futuro melhor lá mais para a frente e que, mais cedo que tarde, haja de facto condições para o preparar. Feliz ano Novo!



(*) Vice-Presidente do PSD

A banalização da anormalidade

Luís Montenegro (*)

Uma visão lúcida da realidade e das perspetivas que se avizinham para o País impede-me de encarar 2017 com o otimismo que os discursos oficiais teimam em propagar. Gostaria de poder partilhar desse estado de espírito (que quase roça a euforia) se acreditasse que este novo ano trará, de facto, boas notícias para Portugal e para os Portugueses. Infelizmente, o mais elementar sentido de realismo e de responsabilidade, assim como a memória coletiva, não nos permite embarcar em narrativas triunfalistas e fantasiosas cujo epílogo, infelizmente, já todos conhecemos. A cada dia que passa mais se acentua uma terrível sensação de “déjà-vu”.

Ao nível parlamentar, assistiu-se em 2016 a várias tentativas (quase todas bem sucedidas, diga-se, graças ao apoio expresso dos partidos de esquerda) de uma evidente obstrução ou bloqueio ao regular funcionamento do Parlamento, mormente no que concerne à sua função fiscalizadora da ação governativa. Vemos com preocupação esta espécie de banalização da anormalidade democrática no funcionamento do Parlamento, caucionada pelo PS, BE, PCP e PEV, e que para nós constitui um retrocesso nunca visto em mais de 40 anos de democracia. Uma tendência tanto mais grave quanto o Governo socialista, e em particular o seu Primeiro-ministro, tem pautado a sua prática por permanentes atropelos às regras mais básicas de transparência democrática e respeito institucional, ora omitindo deliberadamente informações à Assembleia da República ora furtando-se de forma sistemática à prestação de esclarecimentos sobre as mais variadas questões nacionais. Os vários casos que envolvem a Caixa Geral de Depósitos têm sido paradigmáticos mas não são os únicos. Obviamente, o PSD vai continuar a denunciar e a combater este indisfarçável tique totalitário, inaceitável numa democracia madura como a portuguesa.

Já a agenda reformista do PSD, e pela qual os deputados sociais-democratas vão continuar a bater-se no Parlamento em 2017, é conhecida. Passa pela aposta num crescimento económico sólido e sustentado, pela consolidação estrutural das contas públicas, pela aposta na qualificação e educação dos Portugueses, pela descentralização e reforço do poder local, pela defesa da sustentabilidade do estado social. Um caminho, portanto, diametralmente oposto àquele que o atual Governo está a seguir, com os custos que, mais cedo ou mais tarde, acabam sempre por chegar. Os Portugueses esperam do PSD esta alternativa. Não os vamos deixar ficar mal.



(*) Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Europa e “neo-normalidade”

Paulo Rangel (*)



Mostrar que a União Europeia é essencial para a vida do país é um lugar comum. Dizer a verdade a respeito da nossa relação com a Europa, já não parece tão comum. O Governo Costa gosta da moda e a “pós-verdade” está na moda.

O PSD salvou Portugal da bancarrota e restaurou a nossa credibilidade política, financeira e económica. Deu-nos o peso europeu que estava totalmente perdido. Costa e a sua propaganda alardeiam que mudaram a atitude face à Europa. Não, não mudaram. Herdaram, isso sim, um prestígio recuperado pelos sacrifícios continuados do povo português. E Costa põe e pôs o nosso destino na mão de forças anti-europeias, populistas e extremistas, que votam frequentemente com Marine Le Pen e os seus aliados. Na Europa, ninguém esquece que estamos nas mãos dessas duas forças anti-europeias (BE e PCP). E com o fraco crescimento e o aumento incessante da dívida, Portugal só pode estar debaixo dos radares e sob ameaça permanente (espectro que outros, como a Irlanda e a Espanha, já afastaram).

O ano europeu será difícil. Haverá eleições de desfecho imprevisível na Holanda, França, Itália e Alemanha; arrastar-se-ão as negociações do Brexit; repensar-se-á a relação com a NATO. As condições políticas e económicas deteriorar-se, as circunstâncias podem derrapar. E que faz o Governo português perante a incerteza europeia? Continua a viver como se não houvesse amanhã e a falar obsessivamente em “normalidade”. O PSD tem de estar forte, seguro e determinado. Na Europa, no país e, claro, nas autarquias. Pronto para voltar a desempenhar o papel histórico que o Governo Costa, vivendo na sua alienada “neo-normalidade”, teima em declinar.

(*) Eurodeputado do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD**Recepção**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**ALBUFEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Albufeira, para reunir, no próximo dia 24 de Janeiro de 2017 (terça-feira), pelas 21h00, no Hotel Brisa Sol, sito na Rua do Município - Albufeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Análise da situação política local, e actividade municipal de Albufeira, situação financeira, projectos e intervenções de curto, médio e longo prazo

2 - Análise da situação política distrital e nacional

3 - Emissão de parecer sobre as candidaturas aos órgãos locais autárquicos

ALENQUER

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alenquer, para reunir, no próximo dia 20 de Janeiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita na Rua Gago Coutinho, nº 34, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Dar parecer, de acordo nos termos do artigo 53º, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD, sobre o candidato à Presidência da Câmara Municipal de Alenquer, nas próximas eleições autárquicas

2 - Outros assuntos de interesse

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Arouca, para reunir, no próximo dia 20 de Janeiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h15, no Auditório da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arouca, sito na Rua dos Bombeiros Voluntários de Arouca, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Aprovação da proposta da Comissão Política, relativa à candidatura às Eleições Autarquias de 2017

BOMBARRAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Bombarral, para reunir, no próximo dia 21 de Janeiro de 2017 (sábado), pelas 21h00, na sede da Junta de Freguesia do Pó, sita na Rua Carlos Nascimento Leitão, nº 19 - Pó, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Eleições Autárquicas 2017

2 - Análise da situação político-partidária local e nacional

CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Chaves, para reunir, no próximo dia 27 de Janeiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. Tenente Valadim, 47 -E, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Discussão e aprovação do relatório de contas de 2016

2 - Análise da situação política

3 - Outros assuntos

COVILHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção da Covilhã, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 13 de Janeiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Ruy Faleiro, nº 46 - 1º Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Dar parecer sobre candidatura ao órgão autárquico

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lamego, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 28 de Janeiro de 2017 (sábado), pelas 21h00, na sede, sita na Av. 05 de Outubro, nº 4, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Apreciar e deliberar sobre as contas da Secção do ano de 2016

2 - Apreciar e deliberar sobre o orçamento da Secção para o ano de 2017

3 - Outros assuntos

MARCO DE CANAVESES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do Marco de Canaveses, para reunir, no próximo dia 04 de Fevereiro de 2017 (sábado), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Sacadura Cabral, nº 10 (frente à Câmara Municipal), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f) do artigo 53º, dos Estatutos do PSD

2 - Análise da situação político-partidária

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paços de Ferreira, para reunir, no próximo dia 20 de Janeiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Av. dos Templários, 309 Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Dar parecer, sobre a candidatura à Câmara Municipal de Paços de Ferreira nas próximas eleições autárquicas, nos termos do artigo 53º, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paredes, para reunir, no próximo dia 21 de Janeiro de 2017 (sábado), pelas 15h00, na sede, Sala António Cardoso, sita na Rua Primeiro de Dezembro, 45, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f) do artº 53º dos Estatutos do PSD

PEDROGÃO GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Pedrogão Grande, para reunir, no próximo dia 27 de Janeiro de 2017 (sexta-feira), pelas 20h30, na sede, sita no Largo da Restauração, nº 2 A, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Análise da situação política nacional e local

2 - Eleições autárquicas e análise dos resultados da votação da Comissão Política da Secção de Pedrogão Grande

3 - Outros assuntos

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte da Barca, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 19 de Janeiro

de 2017 (quinta-feira), pelas 21h00, na antiga sede da Junta de Touvedo - Salvador, sita na Praça do Castelo do Touvedo/Salvador, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Eleições autárquicas de 2017

2 - Outros assuntos relevantes para o PSD de Ponte da Barca

PROENÇA - A - NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Proença a Nova, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 de Janeiro de 2017 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede, sita no Largo dos Bombeiros em Proença - a - Nova, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Análise da situação política

2 - Dar "parecer" sobre candidatura ao Órgão Autárquico

3 - Aprovação do relatório de contas de 2016 e do orçamento de 2017

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sesimbra, para reunir, no próximo dia 25 de Janeiro de 2017 (quarta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua da República, 20 - 1º Esq., com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Análise da situação política/informações

2 - Plano de actividades e orçamento para 2017

3 - Dar parecer, sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, sob proposta da Comissão Política

**VI CONSELHO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO**

Nos termos do artigo 64.º dos Estatutos Nacionais da JSD e do artigo 20.º do Regulamento Interno Distrital, serve o presente para convocar uma assembleia ordinária do Conselho Distrital da JSD de Castelo Branco, a ter lugar sexta-feira, dia 27 de Janeiro pelas 21h00, no salão nobre da Junta de Freguesia de Alcains, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Discussão e Votação do Plano de Atividades e Iniciativas até ao Final do Mandato;

3 - Discussão, Votação e Aprovação do Relatório de contas referente ao ano de 2016;

4 - Apresentação e discussão do guião estratégico da CPD para as próximas eleições Autárquicas de 2017;

5 - Outros Assuntos;

RECTIFICAÇÃO DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO II CONSELHO DISTRITAL

O II Conselho Distrital Ordinário marcado para o próximo dia 15 de Janeiro de 2017, pelas 14h30m, vai realizar-se no seguinte local:

- Centro Cultural "Miguel Madeira" de Vila Franca das Naves, 6420-713 Vila Franca das Naves, Trancoso.

GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Gondomar para reunir dia 27 de Janeiro de 2017, pelas 21h30, na sede do PSD/Gondomar, sito na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política;

2 - Informações;

3 - Outros assuntos;

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Concelhia da JSD Mealhada, para uma reunião a realizar no próximo dia 11 de Fevereiro de 2017 (Sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD Mealhada, sita na Av. 25 de Abril, Lt. B, Loja P, em Mealhada, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Mealhada.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário de Concelhia de Mealhada ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Mealhada, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD; As urnas estarão abertas das 18h00 às 20 horas.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD Porto para reunir no próximo dia 19 de janeiro de 2017, pelas 21 horas, na Sede do PSD e da JSD Centro Histórico, sita na Praça da Batalha, n.º 90, sala 10, 2.º andar Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Eleições autárquicas de 2017;
- 3 – Informações.

ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE ANTERIOR 4/1/2017

NÚCLEO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BUSTOS, TROVISCAL E DA MAMARROSA (OLIVEIRA DO BAIRRO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e da Mamarrosa, para reunir no próximo dia 4 de Fevereiro de 2017 (Sábado), pelas 16 horas, na sede do Núcleo do PSD/JSD da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e da Mamarrosa, sito na Avenida de São Lourenço, n.º24, Loja B, 3770-018, em Bustos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleições dos Órgãos do Núcleo Residencial da JSD da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e da Mamarrosa.

Notas:

As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Concelhia da JSD de Oliveira do Bairro, ou ao seu substituto legal, até às 23h59m do terceiro dia anterior à eleição.

As urnas estarão abertas num período de 3 horas (das 16 horas às 19 horas).

As listas deverão ser devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos e apresentar as respectivas subscrições.

NÚCLEO RESIDENCIAL DE SANGUEDO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Sanguedo, concelho de Santa Maria da Feira, para o dia 11 de Fevereiro de 2017, pelas 14h00m, sita na Travessa da Rua Central, n.º 37, em Sanguedo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 14h00m e as 16 horas.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimientos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem

estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO RESIDENCIAL DE PAÇOS DE BRANDÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Paços de Brandão, concelho de Santa Maria da Feira, para o dia 11 de Fevereiro de 2017, pelas 16h00m, na Junta de Freguesia de Paços de Brandão, sita no Largo da Igreja, n.º 36, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 16h00m e as 18 horas.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimientos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.



Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e dos TSD, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD de Évora, para reunir no próximo dia **17 de fevereiro de 2017** (sexta-feira) pelas 17h00, na sede distrital do PSD de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 48, em Évora, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição dos delegados representantes dos TSD na Assembleia Distrital do PSD de Évora

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD, ou a quem estatutariamente a possa substituir.
- As urnas estarão abertas das 17h00 às 20h00

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital dos TSD de Évora

(Rui Fernando Guerra Córias)

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital dos TSD, para o próximo dia 04 de Fevereiro 2017, pelas 18horas, na sede sita na Avª José Jardim, nº 32 em Leiria, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Análise da situação Política e Social
- 2- Eleições Autárquicas
- 3- Outros assuntos

Leiria, 10 de Janeiro de 2017

Secretariado Distrital TSD/LEIRIA